

O TRABALHO SOCIAL... DA ORGANIZAÇÃO PARA O MOVIMENTO

O CASO DA EXPERIÊNCIA *CERCI*

*Maria José Queirós **

*B. Alfredo Henríquez C. **

Introdução:

O presente artigo é fruto de uma reflexão iniciada no âmbito do primeiro curso de Mestrado em Serviço Social. No contexto desta reflexão tornaram-se relevantes, por um lado, a lacuna ao nível do conhecimento do percurso histórico do Serviço Social Português (S.S.P.), por outro e como consequência daquele, o desconhecimento do protagonismo dos assistentes sociais em diferentes conjunturas históricas.

Para a sua elaboração, tivemos o cuidado de realizar entrevistas com colegas que participaram diretamente neste proceso, bem como fizemos uma pesquisa documental que incidiu sobre o próprio objecto, assim como sobre o seu contorno histórico. O suporte bibliográfico que acompanhou esta reflexão foi fundamentalmente obtido a partir das leituras sugeridas no referido Mestrado.

Como se poderá verificar, esta análise foi sendo aprofundada através de diferentes artigos e trabalhos publicados (oportunamente identificados para o leitor) na perspectiva da realização de um primeiro trabalho exploratório de investigação que visava elucidar, no percurso da profissão, experiências de intervenção social significativas. Neste sentido, a experiência que neste trabalho se analisa corresponde a um trabalho profissional realizado num momento importante para o S.S.P. pela emergência de experiências inovadoras, articuladas ao movimento social que incidiu na esfera da reprodução social.

Esta experiência, conjuntamente com outras, contribuiu para a construção de novas bases de legitimação social da profissão, evidenciando as potencialidades do Serviço Social para intervir no sentido da autonomia dos grupos excluídos.

* Docentes do I.S.S.S.L., investigadores do CPIHTS (Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social). O presente artigo foi publicado pelos autores na Revista Intervenção Social, Lisboa, Ano IV—Dez.1994-Nº 10.

reprodução das situações de sujeição das pessoas que, despossuídas do seu próprio saber, ficam alienadas da responsabilidade de orientar a própria vida e desacreditam das possibilidades de desenvolver capacidades próprias para enfrentar as situações que vivenciam e as dificuldades que enfrentam.

Por outro lado, e considerando o caso particular dos serviços sociais, as organizações implementadoras das políticas de saúde, segurança social, educação, etc., obliteram o verdadeiro significado da doença, da pobreza, da deficiência, do insucesso escolar, pela ideologia do senso comum que reproduzem, atribuindo a responsabilidade dos problemas aos indivíduos. A crença resultante de uma tal atitude é a de que são as instituições e os técnicos que possuem a capacidade de mudar as situações problemáticas com que as pessoas se defrontam. Deste modo, a população que procura os serviços é vista como produto fatalista da incapacidade de organizar a própria vida e a actuação dos técnicos adquire um sentido paternalista, enquadrador e controlador.

Nesta perspectiva, a troca horizontal de saberes, experiências e conhecimentos, é inviabilizada perdendo-se, assim, a oportunidade dos técnicos socializarem os conhecimentos que possuem. Por outro lado, e lembrando Merton² a administração burocrática, ao erigir as normas como o fim mesmo da organização, produz uma inversão entre os fins e os meios, transformando a existência e a reprodução dos serviços, no principal objectivo da organização.

A dominação dos técnicos sobre os utentes, dominação subtil interiorizada e confirmada pela instituição, no caso das assistentes sociais manifesta-se "... através das fichas que preenchem, cumprindo a rotina institucional que designará a elegibilidade do caso para atendimento e através da entrevista que não explicam, durante o qual penetram no íntimo da vida dos indivíduos, retirando-lhes dramas e segredos para, no fim, encaminhá-los a outro serviço, sem nenhum retorno efectivo ou profissional."³ (s/n)

Quando os técnicos se identificam com a instituição eles estão a reproduzir, através da sua acção, um tipo de racionalidade burocrática que, em última análise, serve aos objectivos da instituição no seu processo de auto reprodução mais do que responde às necessidades dos utentes.

"A super valorização da racionalidade técnica, sobreposta à falta de experiência política, impede a síntese que poderia transformar as necessidades sociais num projecto comum da população e dos técnicos."⁴ Face a estas condicionantes, como é que os profissionais de serviço social podem, contornando burocracias e clarificando o seu espaço de manobra nas organizações empregadoras, redefinir as suas

² Robert K., Merton, Sociologia: teoria e estrutura.

³ Ursula, Karsch, op. cit., p. 36.

⁴ Idem, p. 33.

funções e o seu papel, com vista à resposta mais efectiva por relação às necessidades das populações?

As alternativas são necessariamente diferentes conforme a posição que os serviços ocupam no sistema institucional mais vasto. No caso dos serviços assistenciais públicos, o assistente social tem mais autonomia para exercer um papel mediador entre os sectores populares e o Estado. Nesse contexto institucional o assistente social pode perspectivar politicamente a sua prática em favor dos oprimidos.⁵

No segmento assistencial da política social podem emergir espaços de expansão dos direitos sociais, permitindo a passagem da exclusão para a inclusão ⁶ Nesse âmbito, o trabalho dos assistentes sociais, quando crítica e politicamente perspectivado, tem potencialidades para, articulando os interesses dos utentes e das organizações populares à instituição, definir uma estratégia a favor dos utentes aos quais o seu trabalho se dirige.

Recuperar e valorizar este espaço tradicionalmente cometido ao serviço social, pode contribuir ainda para o reforço da identidade profissional e para a reconciliação com "*o leito histórico da profissão*". '

As possibilidades históricas do assistente social aproveitar estes espaços potenciadores da autonomia dependem do papel de mediação que o profissional for capaz de exercer entre a organização e o movimento social, o que pressupõe, por um lado, uma leitura atenta da dinâmica organizacional, e, por outro lado, a análise da conjuntura sócio-política. Esta hipótese, do nosso ponto de vista, confirma-se na experiência profissional, objecto do presente trabalho.

A percepção das possibilidades e limites da acção profissional torna-se mais apurada quanto mais os assistentes sociais procedem à análise concreta das situações do trabalho com o auxílio de referências teóricas amplas e articuladas.⁸

Considerando os serviços sociais como serviços cujos objecto, objectivos, papéis e funções se redefinem no espaço organizacional concreto onde se efectiva a acção profissional, torna-se necessária uma avaliação cuidadosa do movimento interno da organização.

A análise da dinâmica interna da organização tendo em conta a compreensão do sistema institucional e do sistema social mais amplo, assim como das determinações sobre a política da organização, permite a compreensão do campo de manobra do profissional.

⁵ CELATS, Serviço Social Crítico, Problemas e Perspectivas.

⁶ Aldaíza Sposati et alii, A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras, Uma Questão em Análise.

⁷ Diego, Palma, A Prática Política dos Profissionais.

⁸ Celats, idem, op. cit.

A própria legitimação do seu poder e autoridade como elemento do sistema burocrático "**... abre um espaço de acção que precisa ser dimensionado.**"⁹ (s/n)

A experiência profissional, objecto do presente trabalho, como foi explicitado anteriormente, refere-se à acção desenvolvida pelo serviço social no âmbito de uma organização de prestação de benefícios aos segurados da Previdência Social. Nesta organização do sistema previdenciário português, e numa fase de integração da Previdência Social no sistema unificado da Segurança Social, na conjuntura sócio-política do 25 de Abril de 1974, os assistentes sociais desenvolveram um projecto de trabalho definido e implementado com a população abrangida, sem se desvincularem da instituição, aproveitando as possibilidades abertas no seu interior e que contribuíram para ampliar.

O projecto desenvolvido pelo Serviço Social da Caixa da Indústria visava, essencialmente, enfrentar a problemática dos beneficiários com filhos deficientes, situação que ressaltava como uma das mais graves devido às carências quase absolutas de equipamento sócio-pedagógico para educação e integração social destas crianças. Este problema era agravado pela morosidade na obtenção de subsídios pecuniários a que estes pais tinham direito, na medida em que o Fundo de Assistência da Caixa mobilizava verbas insuficientes e a verificação burocrática dos processos era demorada. Deste modo, os utentes, depois de apresentarem o pedido ao serviço, ficavam inscritos em extensas listas de espera durante um tempo prolongado.

Em suma, os beneficiários, trabalhadores de diferentes empresas industriais correspondentes a várias zonas do Distrito de Lisboa, apresentavam-se individualmente solicitando apoio ao Serviço Social da Caixa da Indústria. Este serviço recolhia informações dos utentes a partir dos quais elaboravam um estudo que constituía o fundamento da atribuição do subsídio.

O dilema que se colocava aos assistentes sociais era por um lado, a demora na concessão de subsídio e, por outro, o número insuficiente de escolas de ensino especial onde os beneficiários pudessem inscrever os seus filhos. Constituía, assim, na conjuntura anterior ao 25 de Abril, um problema sem hipótese de solução.

A estratégia que os profissionais vieram a implementar foi possível num contexto de profundos abalos institucionais que atingiram toda a sociedade e vieram a provocar mudanças no funcionamento das organizações, na orientação da política social, e sobre os próprios beneficiários e a população em geral, que desencadeou, nesta altura, processos reivindicativos vários incluindo o alargamento dos esquemas de cobertura da segurança social.

Ursula, Karsch, op. cit., p. 163.

As linhas de força desta estratégia consistiram, fundamentalmente, em:

- Informação dos utentes, individualmente e em grupo, das dificuldades de solução do problema e sensibilização para a necessidade de uma acção organizada junto às estruturas (Caixa de Previdência da Indústria e Estado).
- Participação no processo de democratização em curso na organização, conjuntamente com os outros trabalhadores, técnicos, administrativos, Comissão de Trabalhadores, etc.
- Negociação com a estrutura dirigente da Caixa da Indústria com vista a alterar os procedimentos de trabalho e actuar em novos espaços.
- Participação em projectos de Acção inter-serviços, junto das áreas de residência dos beneficiários, numa actuação conjunta técnicos e população organizada.
- Apoio e reforço na constituição de uma comissão, integrando pais e assistentes sociais, com vista ao debate e encontro de respostas para os problemas das crianças deficientes mentais e respectivas famílias.
- Implementação duma acção colectiva, envolvendo os pais e a comunidade, na criação das cooperativas de educação e reabilitação das crianças inadaptadas — CERICI — e na sensibilização da opinião pública e dos responsáveis pelas decisões da política social, em particular no domínio dos direitos dos deficientes.

É de salientar, neste processo, a articulação dum trabalho interno à instituição, à acção desenvolvida com outros técnicos e utentes organizados, culminando um projecto conjunto dos técnicos com a população.

A Acção Profissional Na Perspectiva da Totalidade

Numa leitura dialéctico-marxista, a totalidade não é um somatório de fenómenos, é um todo em que objectos e fenómenos se apresentam organicamente ligados entre si, interdependentes, condicionando-se reciprocamente.

Nesta perspectiva o "concreto" não se reduz ao individual, é uma situação particular estruturalmente articulada a outras situações, sendo nas relações que se estabelecem entre si, que o significado dos processos se revela.

O pensamento concreto exige a consideração dos fenómenos e das suas relações. Estas, não sendo imediatamente dadas, exigem a mediação da teoria para que o seu desvelamento se processe.

Assim, na perspectiva dialéctica, a teoria é uma componente indispensável ao conhecimento do concreto.

A perspectiva da totalidade esteve presente na prática dos profissionais da Caixa da Indústria, no seu trabalho com os beneficiários, assim como com os grupos de pais com crianças deficientes e outros grupos da população, não só na análise que foi feita sobre a problemática da deficiência e sobre o funcionamento institucional enquanto (não) resposta aos problemas, mas ainda, nas acções implementadas pelos profissionais. Senão vejamos:

A importância prática da assumpção pelo profissional, da perspectiva da totalidade, para a compreensão e para a actuação sobre as situações de trabalho que lhe são postas, pode ser entendida segundo três aspectos principais:

- 1.º) **Um fenómeno não pode ser compreendido isoladamente do conjunto dos fenómenos que compõem a totalidade;**
- 2.º) **As situações, os acontecimentos ou acções devem ser analisadas em relação às condições que as determinam;**
- 3.º) **A intervenção profissional tem um efeito multiplicador sobre outros fenómenos e/ou acções.**

Analisando a prática que constitui o nosso objecto, à luz deste referencial, verificámos:

— O primeiro aspecto esteve presente na forma como os assistentes sociais equacionaram a problemática da deficiência mental infantil e juvenil, analisada em relação a uma realidade social mais ampla, a sociedade portuguesa, na qual se verificava a exclusão destas crianças e respectivas famílias, exclusão cultural, ideológica e social das crianças, consideradas como potencialmente improdutivas e despossuídas dos dotes intelectuais que dão acesso à instrução e à cultura, e isolamento/segregação das famílias num sistema social estigmatizante e espoliador dos direitos humanos fundamentais para numerosos segmentos da população.

Relativamente ao segundo aspecto — toda situação deve ser analisada em relação às situações que a determinam — ele esteve presente na análise conjunta que os profissionais, os pais e a população fizeram sobre os factores que determinam ou condicionam a deficiência, nomeadamente: as más condições sanitárias do país, a ausência de assistência aos partos, a falta de informação e de instrução de uma percentagem significativa da população, a pauperização, a falta de infra-estruturas de apoio, a ausência de subsídios (e/ou a sua insuficiência) às famílias das crianças, resultado de uma política social supletiva e ineficiente.

Relativamente ao terceiro aspecto considerado — toda intervenção profissional tem um efeito multiplicador — podemos concluir que este efeito se verificou, como consequência do trabalho realizado, na medida em que as iniciativas tomadas no decurso do processo — criação de equipamentos necessários à cobertura das necessidades educativas e de inserção social das crianças e dos jovens — despoletaram e concretizaram iniciativas semelhantes por todo o país, assim como abriram novas perspectivas pedagógicas ao ensino em geral, e ainda, alertaram os responsáveis pelas decisões das políticas sociais e a opinião pública, para outras situações de exclusão.

Outro impacto significativo do trabalho realizado, foi a divulgação pública do Movimento CERIC e da filosofia em que assentava (**Cooperativismo, Participação, Pedagogia Activa**), e a desmistificação do fenómeno deficiência mental, tal como ele era socialmente representado. Esta desmistificação contribuiu para a criação de novas atitudes face às crianças deficientes, possibilitando a mudança de uma "atitude piedosa" para uma atitude de **solidariedade activa**.

Contribuiu ainda, convergindo e articulando-se com outros movimentos e dinâmicas sociais, para a elaboração de **uma política nacional de prevenção**.

Se recuperarmos uma outra componente da categoria da totalidade — a teoria é um elemento indispensável ao conhecimento do concreto — podemos avançar um pouco mais nesta reflexão. Conforme referido na descrição da experiência¹⁰, houve, da parte dos profissionais envolvidos, uma preocupação em reflectir e aprofundar os seus conhecimentos sobre a teoria e metodologia do serviço social e, neste aprofundamento, insatisfeitos com o corpo de conhecimentos que sustentavam a sua prática (que consideravam não contribuírem para a compreensão do que se estava a passar na sociedade portuguesa, nem para a elaboração de uma estratégia profissional que respondesse às situações de pauperismo e/ou exclusão da sua clientela de trabalho), recorreram às experiências e contribuições teórico-metodológicas do Movimento de Reconceptualização da América Latinaⁿ que sentiram corresponder e dar resposta às suas inquietações profissionais, vindo a definir uma estratégia profissional, assente em novos pressupostos e finalidades.

Este trabalho de reflexão sobre as perspectivas teórico-ideológicas apontadas pela Reconceptualização, contribuiu, ainda, para o desenvolvimento de uma postura profissional em que revelou a necessidade do dimensionamento político da prática, e conseqüentemente, reforçou a tendência destes profissionais à vinculação com o movimento social.

¹⁰ Veja-se o nosso trabalho em co-autoria, Maria José Queirós e B. Alfredo Henríquez, "Mediações e Estratégias Profissionais / A Acção do Trabalho Social na Emergência do Movimento Cooperativo CERIC.

ⁿ M.^a A. Negreiros; M.^a J. Queirós e M. Andrade, A Construção do Conhecimento do Serviço Social em Portugal, Período de 1974 a 1978.

Assente em perspectivas teórico-políticas que operaram um salto qualitativo no pensar e no fazer profissional, a sua acção foi "praxis", porque tomada de consciência da consciência da prática, que possibilitou a definição de uma finalidade, a concepção de um projecto e o desenvolvimento de um processo com vista à sua concretização, provocando uma efectiva transformação na realidade inicialmente posta.

A passagem do individual para o colectivo

As instituições sociais, espaços privilegiados de actuação profissional, estão organizadas para responder a problemas específicos colocados por utentes individuais. Ao dar respostas parcelares a problemas particulares, as instituições reforçam a atomização/sectorização do social participando, assim, do processo da reprodução da dominação e da alienação. Classificando e categorizando os problemas, oferecem respostas fragmentadas, operando, deste modo, a separação das pessoas dos seus grupos sociais de pertença e da sua classe. O serviço social, actuando no contexto institucional, pode romper ou reforçar, conforme a estratégia profissional adoptada, esta separação. Mas o processo de categorização encerra em si uma contradição: se por um lado se constitui como acto separador é, simultaneamente, momento de unificação, na medida em que, sendo os indivíduos identificados numa categoria comum, um acção profissional que vise a sua organização em torno da discussão das vivências e problemas comuns, pode constituir um espaço de reforço e fortalecimento pessoal, assim como, possibilitar o desenvolvimento de uma consciência colectiva dos problemas.

A passagem do trabalho individual para o colectivo é uma forma de romper com este processo de pulverização das necessidades e de atomização dos indivíduos, restituindo-lhes a sua **dimensão de seres totais**.

Uma outra dimensão que pode contribuir para compreender as possibilidades de actuação a favor dos utentes e da população, é o atendimento da instituição como instância de reprodução e, simultaneamente, como espaço onde se jogam contradições resultantes da correlação das forças sociais. "É nesta reunião dos pólos em contradição que se inserem as possibilidades de pressão popular para influir na acção das instituições." ¹²

A incorporação dos interesses/necessidades da população abrangida será tanto maior quanto mais efectiva seja a pressão exercida pelas classes trabalhadoras e seus aliados (entre outros, os profissionais), numa determinada correlação de forças.

Nesta perspectiva, o papel dos profissionais comprometidos com os interesses dos utentes e da população, consistirá na adopção de uma estratégia que, em última análise, vise a alteração da correlação de forças institucionais, estratégia essa que implica o estabelecimento de uma aliança entre os profissionais e o grupo dos utilizadores, ou potenciais utilizadores, da instituição.¹³ Os processos utilizados nesta mediação podem ser variados, desde a informação dada aos utentes sobre os mecanismos e circuitos institucionais e sobre as disposições regulamentares que podem ser utilizadas em seu benefício, até aos procedimentos com vista ao desbloqueamento de entraves burocráticos.¹⁴

O trabalho no interior da própria organização, tendente à criação de alianças entre as diferentes profissionais, assim como a pressão sobre as estruturas dirigentes, é outro aspecto a ter em conta na implementação desta estratégia.¹⁵

Simultaneamente, a acção profissional entronca na estratégia mais vasta que visará o reforço da organização popular, de modo que esta, de fora, pressione a instituição no sentido de negociar as respostas às suas necessidades. "Esta mobilização" ... é a única garantia de que os interesses populares sejam incluídos nas políticas sociais.¹⁶

No âmbito da experiência das assistentes sociais da Caixa da Indústria, estas perspectivas foram viabilizadas pela mediação individual/colectivo e pela articulação instituição/utentes/movimento social. Relembrando o processo desenvolvido podemos pontuar os seguintes aspectos:

- O atendimento individual permitiu a identificação de necessidades que afectavam um número significativo de beneficiários. Destas, ressaltou, por exigir uma resposta imediata, a dos familiares com crianças deficientes.
- Com base neste diagnóstico iniciou-se um trabalho de organização dos pais, no decurso do qual estes foram informados das longas listas de beneficiários à espera da obtenção de subsídios para a inscrição em escolas especializadas. Igualmente foram informados do escasso número de escolas existentes no país.

Neste processo os pais foram alertados para a necessidade de pressionarem as estruturas, nomeadamente a administração central, para a resolução do problema, conforme referimos na primeira parte de nosso artigo.

¹³ Vicente de Paula Faleiros, *Saber Profissional e Poder Institucional*.

¹⁴ Diego Palma, *op. cit.*, p. 130.

¹⁵ *Idem*, *op. cit.*, p. 183.

¹⁶ *Ibidem*.

Este processo constitui o primeiro momento de passagem do trabalho individual para o colectivo: organização dos utentes em torno da discussão da problemática das crianças inadaptadas, analisada como problema colectivo.

— O trabalho dos assistentes sociais, no interior da organização empregadora — no caso, a Caixa da Indústria — assumiu, ainda, uma outra institucionalidade: participação com outros trabalhadores da instituição, no processo de democratização dos serviços; diálogo com a estrutura dirigente, da qual os assistentes sociais dependiam directamente, com vista à sensibilização dos responsáveis para a necessidade da acção do serviço social se desenvolver no exterior da instituição, nas áreas de residência dos beneficiários, em conjunto com outros profissionais de outros serviços de assistência e saúde. (Este trabalho junto às áreas de residência da clientela dos serviços, começara a surgir como tendência, a partir das novas orientações da política social, no pós 25 de Abril, que preconizavam a descentralização e a articulação de respostas, assim como a racionalização na distribuição dos recursos).

O trabalho realizado junto à comunidade possibilitou o encontro dos profissionais com os pais, organizados e inseridos nos movimentos populares de base territorial.¹⁷

Esta abordagem diagnóstica conjunta, técnicos e população, constituiu um salto qualitativo em termos de tomada de consciência colectiva e de organização dos grupos oprimidos. Foi um momento particularmente importante porque tornou visível a relação entre os problemas. Assim a dimensão do homem total: o beneficiário dos serviços sociais sendo o mesmo homem que luta por melhor habitação, por condições mais dignas de trabalho, pelo direito a melhorar serviços de saúde e assistência, etc..

Este foi o momento em que se viabilizou, pelos vínculos criados, a articulação instituição, utentes e organização popular, através da mediação profissional.

— A Organização, ao nível da consciência, reforçou-se quando a Comissão, integrando pais e técnicos, se constituiu e empreendeu o trabalho que conduziu à criação das CERCI.

À medida que o trabalho foi avançando a dimensão de projecto colectivo foi-se tornando mais visível e constante, passando a envolver outros pais, outras organizações populares e o movimento social mais amplo.

Idem, p. 130.

Neste contexto, a consciência e a organização dos pais superou o nível de resposta imediata ao problema particular para se constituir como ideia-força que mobilizou e envolveu, de forma progressivamente mais ampla, novos grupos de pais e outras organizações populares, multiplicando as Cooperativas de Educação e Reabilitação das Crianças Inadaptadas, por todo o país.

Nesse momento dá-se a passagem do projecto colectivo para o projecto colectivo global, constituído como Movimento Social.

A capacidade instituinte do Movimento

Expoente máximo da participação e autonomia da população

Dum primeiro momento em que se estimulou a reunião das pessoas que viviam problemas semelhantes (colectivização da problemática) para passarem da solução do seu problema individual, para a visão de uma solução colectiva, transita-se para um nível qualitativamente superior em que a população estruturou instituições autónomas face às instituições do poder. À medida que se foi estendendo este movimento a toda a comunidade, o grau de institucionalização das organizações autónomas atinge o nível nacional (inicialmente União de CERCI, UNICERCI, posteriormente Federação Nacional de CERCI, FENACERCI) o que lhes confere um poder negociável que, conjuntamente com outras instituições de base similares, vai exercer pressão no sentido de influenciar a Política Social em geral, e em particular, a que diz respeito à problemática em causa.

Neste sentido pode afirmar-se que a criação da primeira CERCI, constituída como cooperativa, foi um estímulo e teve o seu efeito multiplicador que se projectou a nível nacional, configurando uma organização de grau superior, podendo participar, junto com outras organizações similares, como parceiro social, na definição das políticas de Ensino Especial em Portugal. Esta situação aconteceu no momento conjuntural e político a que nos temos reportado.

Uma consequência colateral, mas não menos importante a referir, é que a nova concepção de "ensino especial" obrigou as estruturas existentes dentro deste campo (apoiados pelo antigo regime) a mudar momentaneamente de estratégia, na medida em que já não detinham o monopólio que lhes era conferido pelo Estado Novo face à problemática em causa, e também, na medida em que o seu referencial ideológico (doutinário-assistencialista) fora posto em causa. Neste aspecto, podemos afirmar que as estruturas mais conservadoras fazem uma inflexão, conjuntural, para reaparecer em cena posteriormente ao 25 de Novembro.

Mesmo assim, por um efeito de arrastamento, são obrigadas pelo movimento social, neste caso das CERCI, a actualizar o seu discurso no campo da psico-peda-gogia e educação e a "reformular" o seu próprio assistencialismo. Para a disputa da "possível clientela", já não basta a visão moralista dos quadros ideológicos anteriores ao 25 de Abril, é necessário responder ao problema concreto das crianças deficientes em condições diferentes.

Pode dizer-se que a qualidade e condição de vida da criança deficiente e do seu núcleo familiar, desde o 25 de Abril, terá melhorado substancialmente.

Conclusões

1.º A experiência do movimento CERCI deve ser compreendida no enquadramento mais vasto da luta das classes trabalhadoras, dos excluídos do Estado Novo, e a relatividade da sua importância deverá ser vista no momento conjuntural que viveu a sociedade portuguesa. Assim, deveremos ter em consideração que esta experiência que vimos analisando como práxis de colegas assistentes sociais, tem como pano de fundo:

- A luta de operários e trabalhadores pela apropriação dos meios de produção e pela gestão de empresas e serviços.
- A luta de trabalhadores agrícolas e pequenos produtores pela posse da terra (Reforma Agrária) contra a situação de pauperismo gerada pelo capital latifundiário.
- A luta pela independência nacional face ao capital estrangeiro paralelamente à luta dos povos africanos das ex-colónias portuguesas.

Paralelamente, a situação de ruptura gerada pelo 25 de Abril, terá despoletado um conjunto de lutas a níveis da reprodução das relações de produção: luta pela habitação; por equipamentos sociais; no domínio cultural; pelo direito da mulher; pelo direito à saúde, cada uma delas criando as suas próprias estruturas e desenvolvimento diferentes laços de relacionamento.

Ora, a experiência da CERCI, só pode ser compreendida neste contexto, fazendo parte de uma experiência colectiva que, num dado momento conjuntural fez convergir a luta pelos meios de produção (posse) e a luta pelo melhoramento das condições de vida, no sentido de uma mudança radical do modelo de sociedade.

2.º A experiência CERCI, no contexto anteriormente descrito, comportou reivindicações de natureza quantitativa, que conduziriam à criação de equipamento social, e de natureza, e de natureza qualitativa, na medida em que propugnou e lutou

pelo direito à diferença do próprio deficiente, gerando um movimento de solidariedade face a esta problemática. Ainda conduziu à instalação de relações pedagógicas de um tipo novo (divulgação das experiências Freinet e Piaget) na sociedade portuguesa.

3.º Tendo contribuído para a criação de uma consciência diferente sobre os problemas sociais das crianças inadaptadas, podemos afirmar que, num espaço-tempo determinado, houve uma transformação nas relações entre os diferentes actores deste processo, assim como deles próprios com a sua situação.

As necessidades colectivas, sendo definidas no contexto colectivo, geraram uma cadeia de solidariedade e novas formas de viver as relações sociais. A vivência de autonomia no seio duma experiência que conduz a resultados com projecção na sociedade, é qualquer coisa que, pensamos, permanece nos actores como interiorização de capacidades que em qualquer momento podem, em conjunturas favoráveis, fazer surgir, de novo, o novo.

BIBLIOGRAFIA

CELATS, Serviço Social Crítico, *Problemas e Perspectivas*, S. Paulo, Cortez Editora, 1985. FALEIROS, Vicente de Paula, *Saber Profissional e Poder Institucional*, S. Paulo, Cortez Editora, 1987. KARSCH, Ursula, *O Serviço Social na Era dos Serviços*, S. Paulo, Cortez Editora, 1987.

NEGREIROS, M." Augusta, Queirós, M." José e Andrade, Marília, *A Construção do Conhecimento do Serviço Social em Portugal — Período de 1974 a 1978*, Lisboa, Estudos e Pesquisas, Doe. N.º 5, Dep. de Pós-graduação do ISSSL, 1992.

MERTON, Robert K., *Sociologia :Teoria e Estrutura*, S.Paulo, 1970.

PALMA, Diego, *A Prática Política dos Profissionais*, S. Paulo, Celats — Cortez Editora, 1986.

QUEIRÓS, M.^a José e Henríquez, B. Alfredo, *Mediações e Estratégias Profissionais — A Acção do Trabalho Social na Emergência do Movimento Cooperativo CERCI*, Lisboa, Pol., 1992.

SPOSATI, Aldaiza et alii, *A Assistência na Trajectória das Políticas Sociais Brasileiras, Uma Questão em Análise*, S. Paulo, Cortez Editora, 1985.